

O PENSAMENTO EM ENTREVISTA *

0. Introdução

À delineação do programa de acção a desenvolver ao longo deste artigo preside o princípio de que a conversação é uma forma básica de interacção humana, actualizada por meio da língua, que é, por isso, considerada como um fenómeno interlocucional.

Esta premissa de trabalho funda-se nos pressupostos de que o léxico organiza linguisticamente o mundo cognitivo; o lexema verbal desempenha um papel central no enunciado e no texto / discurso¹; no semantismo do verbo está previsto um esquema sintáctico-semântico, que se actualiza fracamente, para satisfazer as necessidades comunicativas dos falantes; a funcionalidade dos argumentos básicos do verbo é visível no discurso, espaço onde se manifesta a interlocução.

No sentido de operacionalizar as hipóteses formuladas, toma-se como **objecto** de estudo o verbo, instituindo-se como **objectivo** central fornecer um contributo para o tratamento sintáctico, semântico e discursivo de um grupo de verbos de pensamento.

Nesta designação, resultante do levantamento do sema genérico dos elementos constitutivos do grupo a partir do seu significado lexical, res-

* O presente artigo representa a síntese de um texto intitulado *Contributo para a Caracterização Sintáctica, Semântica e Discursiva de um Grupo de Verbos de Pensamento*, que constituiu a dissertação de mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva apresentada pela autora à Faculdade de Letras do Porto em Fevereiro de 1997, sob a orientação do Prof. Doutor Mário Vilela, a quem se exprime profundo reconhecimento pela leitura crítica deste trabalho.

¹ O estudo da centralidade do verbo no enunciado e no discurso foi realizado por Joaquim Fonseca num trabalho intitulado «A centralidade do verbo no enunciado» (in *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto, Porto Editora, 1993, pp. 103-125), em que estabelece as zonas de indicação desse papel atribuído ao verbo.

salta o sema de referência ao fenómeno do pensamento, que remete, pela sua grande amplitude e complexidade, para uma abordagem interdisciplinar, passível de ultrapassar o trabalho de sinonímia ou de definição simplista e lacunar a que se restringem os dicionários gerais de língua ².

Da averiguação efectuada, em que se salientam os subsídios da Filosofia, da Neurobiologia e da Psicologia ³, resulta o entendimento de *pensar* como uma actividade privada, «available for perception by the speaker only» ⁴, e não ocasional, mas contínua, que pode, por isso, ser caracterizada como um traço fundamental da existência humana. Sendo entendido como um estado mental dotado de um conteúdo que é indissociável do espírito que o pensa, o pensamento assenta numa concepção do mental, a que não é alheia a emoção, e está fortemente radicado na pessoa, sendo suscitado por estímulos exteriores e necessidades interiores. Dependendo do grau de activação de cada um destes elementos, é possível estabelecer uma escala referente ao nível de consciência, que pode oscilar entre as atitudes proposicionais consignadas no *pensar* em sentido lato, no *pensar-criar*, e o acto volitivo inerente ao *pensar* em sentido restrito, ao *pensar-reflectir*.

Partindo do princípio de que a compreensão do fenómeno do pensamento constitui um dado relevante para a caracterização do grupo de verbos seleccionado, procede-se à sua rentabilização linguística, traduzida, **em termos metodológicos**, numa estrutura bipartida do presente trabalho, correspondente a uma parte teórica e a outra prática.

² A pesquisa em que se baseou esta afirmação considerou apenas os dicionários de Língua Portuguesa, tendo-se seleccionado, de entre estes, o *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, de Cândido Figueiredo (14.^a ed., 2 vols, Amadora, Livraria Bertrand, 1973); o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de J. Costa e Sampaio e Melo (6.^a ed., corrigida e aumentada, Porto, Porto Editora, 1989); o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2.^a ed., revista e aumentada, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986); o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (5.^a ed. brasileira, 2 vols, Rio de Janeiro, Editora Delta, 1987), o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (6 vols, Lisboa, Publicações Alfa, 1991) e o *Dicionário do Português Básico*, de Mário Vilela (1.^a ed, Porto, Asa, 1990).

³ O contributo de cada uma das disciplinas referidas para o estudo do pensamento é pormenorizado no capítulo um da dissertação de mestrado citada.

⁴ PALMER, F. R. (1965) — *The English Verb*, 2.^a ed., London, Longman, 1988, p. 72.

Na primeira, efectua-se o levantamento e a explicitação de um conjunto de conceitos considerados fundamentais para a análise semântica, sintáctica e discursiva do grupo de verbos proposto, no âmbito da qual se destacam, respectivamente, as noções de campo semântico, cena e “frame”, o fenómeno da transitividade e alguns mecanismos enunciativo-pragmáticos que subjazem à sua funcionalidade na interacção linguística.

A segunda parte consiste numa proposta de tratamento de alguns verbos do grupo seleccionado, em função de um duplo movimento: a passagem do discurso para o enunciado e deste para o discurso.

A realização deste segundo momento (e, consequentemente, do primeiro) impõe a selecção de um *corpus*. A opção recaiu no domínio da entrevista, por constituir um exemplo relevante de actividade interlocucional, visto que «is literally an inter view, an inter change of views between two persons conversing about a theme of mutual interest»⁵.

Neste contexto, recorreu-se à entrevista de tipo jornalístico⁶, tendo-se optado por uma entrevista de Baptista-Bastos a Alexandre O’Neill, publicada nas páginas centrais do semanário *O Ponto*, em 04/02/1982.

Na medida em que as ocorrências contidas nesta entrevista se revelam insuficientes para a operacionalização aprofundada das questões em análise, procura contornar-se esta dificuldade através do recurso a exemplos destacados de um conjunto de mais dezanove entrevistas, publicadas no mesmo semanário e compiladas, com a entrevista seleccionada, num volume a que o responsável pela sua condução, Baptista-Bastos, deu o nome de *O Homem em Ponto*⁷.

⁵ KVALE, Steinar (1996) — *Interviews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, London, Sage, p. 1

⁶ Foi escolhido este tipo de entrevista devido à sua importância na construção social do conhecimento, a sua especificidade enquanto estrutura conversacional, a representatividade da ocorrência dos verbos constitutivos do campo semântico em análise, a acessibilidade do meio de comunicação de que foi destacado — o jornal — e o uso de linguagem corrente.

⁷ BAPTISTA-BASTOS (1984) — *O Homem em Ponto*, 1.ª ed, Lisboa, Relógio d’Água.

Dado que essas entrevistas estabelecem, no seu todo, uma macro-estrutura subjacente à qual estão semelhanças temáticas e funcionais, visíveis na presença de um denominador comum — o entrevistador, a estrutura e o objectivo —, formam uma unidade com o *corpus-base*, coadjuvando a descrição do campo semântico dos verbos de pensamento e a sua análise discursiva.

1. Campo Semântico e Cenas Cognitivas

A articulação das ocorrências lexicais salientadas no *corpus* seleccionado com o postulado de que o léxico de uma língua é «el sistema básico de organización lingüística del mundo cognitivo»⁸, torna relevante o seu estudo, do qual decorre a aferição da sua capacidade de organizar sintáctica e semanticamente os enunciados da língua.

A forma como essa ordenação se realiza pode ser explicada em função de determinadas unidades organizacionais, de entre as quais se salientam o campo semântico e o “frame”.

1.1. Campo Semântico

À formulação da teoria dos campos semânticos está subjacente a ideia de que «a ligação entre termo e significado não é arbitrária e não depende de circunstâncias fortuitas na aquisição da língua, mas está estruturada por um esquema mental de conhecimento geral»⁹ que reflecte primariamente o modo de conceber, interpretar e apresentar um domínio de conteúdo. Assim, na medida em que esse domínio de conteúdo é actualizado nos lexemas por meio do seu significado lexical, é possível estabelecer diferentes relações de sentido, em função das quais se podem organizar os lexemas em campos semânticos.

Considerando, então, que «a relação de campo é uma relação de palavras»¹⁰ e que estas se definem sempre pela ligação que estabelecem com as demais palavras do mesmo domínio, a teoria dos campos semânticos procura determinar como se relacionam os itens lexicais uns com os outros em termos de sentidos e, por conseguinte, explicitar os mecanismos inerentes à ordenação de um campo semântico. Com este objectivo,

⁸ GARCÍA-MIGUEL, José M.^a (1995) — *Transitividad e Complementación Preposicional en Español*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago, p. 26.

⁹ VILELA, Mário (1996) — *Do Campo Lexical à Explicação Cognitiva: RISCO e PERIGO*», in «Diacrítica», n.º 11, p. 645.

Na parte introdutória deste trabalho, o autor explicita a noção de campo semântico, que articula com os conceitos de cena e “frame”, fornecendo indicações bibliográficas para o aprofundamento do seu estudo.

¹⁰ VILELA, Mário — *Op. cit.*, p. 643.

designa um conjunto de relações básicas, sobretudo *sinonímia*, *antonímia* e *hiponímia*¹¹, através do qual explica o modo de organização do léxico.

Paralelamente às relações semânticas enunciadas, pode ainda considerar-se um conjunto de relações lexicais, de entre as quais ressaltam as relações de *homonímia* e *polissemia*¹². Esta distinção foi ultrapassada pela teoria cognitiva que perspectiva as relações lexicais por meio da *metáfora*, no cerne da qual se encontra uma espécie de analogia semântica em que está envolvido um processo de transferência, mediante o qual «new metaphors change the stock of language used by society»¹³.

1.2. “Frame” e Cena

Na referência a este fundo de experiência estruturado, em que intervem crenças, práticas e hábitos sociais e se explica o significado de uma palavra, inscreve-se a outra unidade organizacional do léxico: o “frame”.

Este conceito, que se relaciona intrinsecamente com o de cena, foi introduzido na Linguística por Fillmore, constituindo o quadro teórico que configura os dois conceitos uma evolução significativa na sua teoriza-

¹¹ Mário Vilela define estas relações básicas, considerando que a hiponímia «é a relação de significado existente entre um lexema mais específico ou subordinado e um outro lexema mais geral ou superordenado» (*Estruturas Léxicas do Português*, Coimbra, Almedina, 1979, p. 52), a antonímia é uma «relação de “contraste”[que] implica um determinado número de elementos opositivos, que apontam tanto para as relações opositivas binárias, como para as não binárias» (*Estudos de lexicologia do Português*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 30) e a sinonímia implica «certa semelhança de significado entre duas ou mais palavras, e, ao mesmo tempo, certa diferença de significação entre essas palavras» (*O Léxico da Simpatia*, Porto, INIC, 1980, p. 125).

¹² O primeiro tipo de relação ocorre quando dois significantes são idênticos fonológica e graficamente, mas apresentam significados divergentes e não têm qualquer relação especial, correspondendo o segundo tipo à existência de significados parcialmente idênticos.

¹³ CORMAC, Earl R. M. (1985) — *A Cognitive Theory of Metaphor*, Cambridge, The MIT Press, p 150.

Para um estudo mais aprofundado da metáfora, é ainda fundamental consultar KITTAY, Eva Feder (1987) — *Metaphor: Cognitive Force and Linguistic Structure*, Oxford, Clarendon Press, e LAKOFF, G.; JOHNSON, M. (1980) — *Metaphors We Live By*, Chicago, University of Chicago Press, entre outros.

ção¹⁴. De facto, eles inscrevem-se numa nova forma de perspectivar a estrutura funcional da frase, por considerarem processos psicológicos de compreensão dos enunciados, em que se associam as frases a cenas cognitivas, constitutivas de representações mentais de situações e de estados de coisas, ou seja, «not only visual scenes but familiar kinds of interpersonal transactions, standard scenarios, familiar layouts, institutional structures, enactive experiences, body image, any kind of coherent segment, large or small, of human beliefs, actions, experiences or imagining»¹⁵.

Como uma frase não pode representar todos os aspectos relativos a uma cena completa, pois não se mencionam sempre todas as entidades implicadas nem se considera relevante toda a informação sobre as situações extralinguísticas, torna-se necessário impor sobre a situação designada

¹⁴ María del Carmen Cabeza Pereiro (*Claúsulas Completivas en Función de Sujeto en Español*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago, 1994) distingue três fases na trajectória de Fillmore, fazendo corresponder a primeira ao estabelecimento de esquemas casuais, a segunda, ao domínio da semântica lexical, e a terceira, à passagem para uma semântica cognitiva.

Assim, numa primeira etapa, Fillmore reintroduz a noção de sistema de casos, considerando-os como «um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos» (*The case for Case*, in BACH, E.; HARMS, R. I. (orgs) — *Universals in Linguistic Theory*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, Trad. brasileira: «Em Favor do Caso», in *Semântica: o Léxico*, p. 299) ou seja, relações semânticas, de tipo abstracto, cuja função consiste em estabelecer relações sintáctico-semânticas entre o verbo e os SNS a ele associados. A uma definição inicial de seis casos — agente (A), instrumental (I), dativo (D), factivo (F), locativo (L) e objectivo (O) (FILLMORE, 1968 — *Op. cit.*, pp. 299-300) — acrescenta os casos benefactivo, comitativo e essivo. Da combinação entre estes casos e um conjunto de funções hierarquicamente estabelecido resulta a consideração de vários esquemas casuais, com base nos quais se classificam os verbos.

A subclassificação dos verbos segundo as ambiências de caso que aceitam marca uma fase intermédia na teorização fillmoreana, caracterizada pela conversão do léxico em fulcro da descrição sintáctica e pela consequente vinculação dos esquemas casuais a entradas concretas.

Às críticas de que foi alvo esta proposta, o autor procurou, em parte, responder através da proposta de uma tese parcialmente diferente das relações entre estrutura sintáctica e significado, na qual procura resolver a questão conflituosa das relações de caso e reformular a sua teoria relativa à estrutura sintáctica.

¹⁵ FILLMORE, C. J. (1977) — *Scenes and Frames Semantics*, in ZAMPOLLI, R. (ed) — *Linguistic Structures Processing*, Amsterdam, North Holland Publishing Company, p. 63.

uma determinada perspectiva que consiste em determinar as relações gramaticais nucleares de um enunciado.

Na medida em que a perspectiva da cena a que correspondem estes papéis é verbalizada (a partir de um lexema ou, mais precisamente, de um predicado), Fillmore defende que as cenas “can be partly described in terms of the linguistic frames with which they are associated”¹⁶. Neste contexto, concebe o conceito de “frame” como “any system of linguistic choices”¹⁷, em que se incluem lexemas, regras e categorias gramaticais associadas às cenas.

Essa associação não se faz num só sentido, mas é recíproca, mesmo a nível de cada um dos conceitos considerados. A inter-relação entre cenas e “frames” contribui, portanto, para a configuração de um mundo imaginado e apreendido, que não se confina, em geral, aos limites da frase, convocando uma unidade linguística mais ampla: o texto. Neste domínio, as cenas cognitivas e os “frames” linguísticos correspondentes são activados no âmbito de um processo de comunicação, dentro do qual é relevante o papel desempenhado pelas cenas interaccionais. A sua especificidade reside numa construção interaccional, em que o falante, através das escolhas que explicita, activa determinadas cenas no repertório de cenas do ouvinte. Este, à medida que as expressões linguísticas vão sendo produzidas, interpreta as perspectivas em que as cenas são actualizadas e integra, num processo de inter-relação com o falante, as cenas originais em cenas cada vez mais vastas, que contribuem para a construção de uma cena global, provavelmente bastante mais complexa que as cenas parcelares que a compõem.

2. Transitividade

Na medida em que «las situaciones designadas [pelos verbos] incluyen un número indeterminado de entidades participantes en la escena que se corresponden con los actantes en la estructura sintáctico-semântica de la cláusula»¹⁸, os lexemas verbais, na sua expressão linguística de estados de coisas como processos, determinam a estrutura sintáctico-semântica a ser actualizada no enunciado e tornam visíveis os efeitos discursivos resultan-

¹⁶ FILLMORE (1977) — *Op. cit.*, p. 72.

¹⁷ FILLMORE (1977) — *Op. cit.* p. 63.

¹⁸ GARCÍA-MIGUEL — *Op. cit.*, p. 26.

tes da aplicação dos argumentos básicos do verbo no fluxo da informação. Por esse facto, é possível atribuir aos verbos de pensamento uma propriedade de transitividade, que pode ser analisada sob as vertentes sintáctica, semântica e pragmática, em função do ponto de vista adoptado ¹⁹.

2.1. A *Perspectiva Funcionalista*

A abordagem realizada neste trabalho funda-se na perspectiva funcionalista sobre a transitividade, considerando-se, no seu contexto, as propostas de Halliday, Hopper e Thompson.

2.1.1. Halliday

Halliday estabelece uma tipologia de processos, que são representados por meio de frases, entendidas como unidades básicas na representação de “patterns of experience” ²⁰. De acordo com o autor, esta capacidade de representação é atribuída às unidades linguísticas pela metafunção ideacional, à qual está associada a componente do sistema da transitividade. Segundo este sistema, a estrutura básica de uma frase é constituída por três tipos de componentes — o próprio processo, os participantes do processo e as circunstâncias associadas ao processo. Os conceitos implicados nestas componentes referem-se a categorias semânticas que explicam a forma como os fenómenos do mundo real devem ser vazados em estruturas linguísticas. Por conseguinte, a distinção entre participantes e circunstâncias decorre da aplicação de um critério de natureza semântica, fundado nas realizações categoriais de cada elemento.

Essa distinção está na base de uma proposta de três tipos de processos básicos: processos materiais, processos mentais e processos relacionais.

Assim, os **processos materiais** ou processos do fazer «express that some entity ‘does’ something — which may be done ‘to’ some other

¹⁹ Os diferentes pontos de vista sob os quais tem sido perspectivado o fenómeno da transitividade são apresentados na parte introdutória do capítulo quatro da dissertação de mestrado citada, no âmbito da qual se propõe uma abordagem do conceito na sua evolução e nos seus traços distintivos.

²⁰ HALLIDAY, M. A. K. (1985) — *An Introduction To Functional Grammar*, London, Edward Arnold, p. 101.

entity»²¹. Em consequência, estes processos podem ser transitivos ou intransitivos, conforme tenham um ou dois participantes. Nesse sentido, implicam sempre um Agente (“Actor”), podendo compreender ainda uma Meta (“Goal”).

Por sua vez, os **processos mentais** ou processos do sentir integram «clauses of feeling, thinking and perceiving»²², associando um Experienciador (“Senser”) e um Fenómeno (“Phenomenon”). Enquanto o primeiro participante é definido como o ser consciente que sente, pensa ou vê, o segundo é concebido como o que é sentido, pensado ou visto²³.

Relativamente ao tipo de entidade que pode ocupar o papel de segundo participante, Halliday refere a ocorrência de Fenómenos e Metafenómenos, ou seja, “things” e “facts”²⁴. Define os primeiros como «a phenomenon of our experience, including (...) our inner experience or imagination — some entity (person, creature, object, institution or abstraction), or some process (action, event, quality, state or relation)»²⁵, considerando, por sua vez, que os segundos são uma espécie de projecção, visto que «the logical-semantic relationship whereby a clause comes to function not as direct representation of a (non-linguistic) experience but a representation of a (linguistic) experience»²⁶. Por esse facto, o contexto não supõe a existência das entidades mencionadas nem do processo, implicando-se, antes, uma relação cognitiva entre um experienciador e o fenómeno experienciado, que é realizada em função de uma elaboração mental, que remete formalmente para o domínio da frase complexa e, dentro desta, para o contexto da hipotaxe.

²¹ HALLIDAY — *Op. cit.*, p. 103.

²² HALLIDAY — *Op. cit.*, p. 107.

²³ HALLIDAY — *Op. cit.*, p. 108.

Neste sentido, o ser consciente tem que ser humano (ou similar) e o que é experienciado deve corresponder a uma entidade que possa interiorizar-se na consciência.

²⁴ A distinção que Halliday estabelece entre fenómenos e metafenómenos é a mesma que Lyons (*Semantics*, 2 vols, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 442-443) opera entre entidades de primeira, segunda e terceira ordem: «Physical objects are what we will call first-order entities (...). By second-order entities we shall mean events, processes, states-of-affairs (...) and by third-order entities we shall mean such abstract entities as propositions...». As duas primeiras entidades correspondem a Fenómenos e a terceira, a Metafenómenos.

²⁵ HALLIDAY — *Op. cit.*, p. 108.

²⁶ HALLIDAY — *Op. cit.*, pp. 227-228.

Este esquema, Sujeito = Experienciador — CD = Fenómeno, constitui uma das duas direcções possíveis na representação dos processos mentais, que admitem uma reversibilidade das correspondências entre as funções sintácticas referidas e as funções semânticas estabelecidas, activando o esquema Sujeito = Fenómeno — CD = Experienciador²⁷.

Finalmente, os **processos relacionais** ou processos do ser apresentam apenas um participante, o “atribuído” ou o “identificado”, referindo-se a frases cujo significado central é «that something is»²⁸.

2.1.2. Hopper e Thompson

Considerando, tal como Halliday, que a distinção entre verbo transitivo e verbo intransitivo resulta da significação adquirida pelo verbo na frase e das escolhas comunicativas dos falantes, Hopper e Thompson propõem o estudo da transitividade em função de dez parâmetros aos quais é cometida a responsabilidade da realização das frases²⁹:

TRANSITIVIDADE

	ALTA	BAIXA
A. Participantes	2 ou mais particip., A e O	1 participante
B. Cinese	Acção	Não acção
C. Aspecto	Télico	Atélico
D. Pontualidade	Pontual	Não pontual
E. Volição	Volitivo	Não volitivo
F. Afirmação	Afirmativo	Negativo
G. Modo	Real	Irreal
H. Agentividade	A em potência	A em baixa potência
I. Afectação de O	O totalmente afectado	O não afectado
J. Individuação de O	O altamente individuado	O não individuado

²⁷ Como exemplos do primeiro esquema podem ser considerados os verbos *crer, pensar, saber, temer, ver...*, ilustrando o segundo esquema verbos como *alegrar, convencer, preocupar...* Garcia-Miguel (*Op. Cit.*, p. 76) considera ainda a possibilidade de um terceiro esquema, Suj = Fen — CIND = Exp, realizado por verbos como *agradar, estranhar, interessar...*

²⁸ HALLIDAY — *Op. cit.*, p. 112.

²⁹ HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (1980) — *Transitivity in Grammar and Discourse*, in «Language», 56/2, p. 252.

Este esquema³⁰ funda-se na transitividade «viewed in the most conventional and traditional way possible — over or transferring an action from one participant to another»³¹, consistindo a atribuição do grau de transitividade a uma frase do tipo de combinação realizada entre os elementos referidos.

Neste sentido, o mais alto grau de transitividade ou a transitividade prototípica consistiria numa «acción con dos participantes: un agente que inicia y controla voluntariamente la acción (A) y un paciente individualizado (O) que resulta afectado totalmente por la acción»³².

A consideração de A e O remete para a sua codificação frásica em termos de funções sintácticas centrais e não centrais. O contraste básico entre funções centrais, concebidas como os constituintes da frase que gramaticalmente apresentam uma relação mais estreita com o predicado, estabelece-se no esquema Sujeito — Predicado — CD, que pode ser explicitado mediante o recurso aos conceitos de agentividade e topicalidade³³.

2.2. Transitividade de Regime Preposicional

Paralelamente a este esquema, ocorre o esquema sintáctico Sujeito — Predicado — Cprep, patente numa realização do tipo:

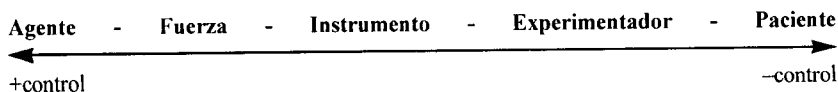
(1) Penso em ti. ,

³⁰ Esta tabela é esquematizada por García-Miguel (*Op. cit.*, p. 55) em função dos constituintes considerados (propriedades de A, propriedades de O e propriedades do predicado no seu todo) e simplificada por Mário Vilela (*Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Almedina, 1992, p. 50).

³¹ HOPPER; THOMPSON — *Op. cit.*, p. 253.

³² GARCÍA-MIGUEL — *Op. cit.*, p. 55.

³³ Tendo consciência de que há uma certa independência entre funções sintácticas centrais e funções semântico-designativas, o autor faz corresponder a polarização entre Sujeito e CD a uma diferença de potencial semântico e informativo. Esta distinção, fundada no tipo de controlo exercido sobre o processo, remete para um esquema de graduação de agentividade proposto por Comrie (*Language Universals and Linguistic Typology — Syntax and Morphology*, Blackwell, Oxford, 1981, pp. 25-26) e adaptado por García-Miguel (*Op. cit.*, p. 47):



que indicia a possibilidade da existência de uma transitividade de regime preposicional, não sendo, no entanto, pacífica a sua explicação.

Assim, enquanto Cano Aguilar considera a diferença de realização do segundo participante destes dois esquemas como uma questão meramente superficial, que pode, no entanto, em certos casos, implicar uma diferença de sentido, como é o caso do verbo *pensar*, e é marcada morfológicamente pela presença de uma preposição, García-Miguel recusa esta possibilidade de equivalência, motivando a sua rejeição em critérios de natureza sintáctica, semântica e funcional, referentes à existência de uma preposição e ao consequente desvio do protótipo. Apesar das diferenças apontadas, este linguista afirma existir um traço comum a ambos: a valência. Neste sentido, admite a possibilidade de um núcleo significativo comum aos dois complementos (quando um ou outro pode ocupar o mesmo lugar na valência do predicado), que decorre do facto de as duas estruturas designarem o mesmo estado de coisas, sendo o seu significado uma das representações subjectivas ou analógicas possíveis de uma cena objectiva ou prototípica³⁴.

3. Interacção³⁵

A definição destas cenas como representações gerais de situações e estados de coisas conduz ao mundo de significação que é engendrado pelo discurso, visto que, como afirma Benveniste, «la sémantique s'identifie au monde de l'énonciation et du discours»³⁶, entendido como um processo interaccional.

³⁴ Para uma explicitação mais aprofundada da questão da transitividade de regime preposicional, consulte-se Cano Aguilar (*Estructuras Sintácticas Transitivas en el Español Actual*, Madrid, Gredos, 1981, pp. 360-393), García-Miguel (*Op. cit.*) e a síntese comparativa realizada pela autora deste trabalho no capítulo quatro da dissertação já referida.

³⁵ Para uma explicitação mais aprofundada das questões atinentes ao domínio da interacção, vde capítulo três da dissertação de mestrado referida na nota inicial.

³⁶ BENVENISTE, E. (1974) — *Problèmes de Linguistique Générale*, vol. 2, Gallimard, Paris, p. 64.

3.1. Postulado de uma Dimensão Interaccional da Linguagem

A atribuição à linguagem de uma dimensão interaccional, que representou uma tentativa de superação das limitações do estruturalismo na sua descrição imanentista da linguagem, implicou a assunção de um novo tipo de significado — o significado accional — e a projecção de um novo conceito teórico de língua, no qual são contempladas as condições do seu uso efectivo.

A consideração deste uso está no cerne da teoria de Austin, que propõe uma teoria dos actos de fala, subjacente à qual está uma tese de performatividade generalizada, fundada no princípio de que «dire quelque chose, c'est faire quelque chose»³⁷ e assente num determinado valor ilocutório.

Na sua sequência, Searle, embora reiterando a dimensão interaccional da linguagem, ao conceber a língua como a execução de actos de fala, unidades mínimas de comunicação linguística, afasta-se da teoria de Austin, visto que acrescenta à convencionalidade do acto ilocutório um carácter institucional e uma dimensão de intencionalidade. A sua finalidade consiste em fazer o levantamento das regras constitutivas de cada acto, estabelecendo uma taxonomia dos actos ilocutórios, em que considera cinco categorias de actos: assertivos, directivos, promissivos, expressivos e declarativos³⁸.

3.2. Redefinição do Postulado da Dimensão Interaccional da Linguagem

Das críticas formuladas à teoria de Austin e de Searle — a consideração de cada acto como um acto isolado, sem atender às suas dimensões sequenciais e interaccionais, e a não contemplação das reacções do alocu-

³⁷ AUSTIN, J. (1962) — *How To Do Things With Words*, Cambridge, Cambridge University Press, Trad. francesa: *Quand Dire c'est Faire*, Paris, Seuil, 1970, p. 109.

³⁸ SEARLE, John R. (1969) — *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, CUP, Trad. portuguesa: *Os Actos de Fala*, Coimbra, Almedina, 1979.

Actos assertivos: comprometem a responsabilidade do locutor em relação à existência de um determinado estado de coisas, isto é, à verdade da proposição. O acto de

tário decorrentes da actividade de influência do locutor — resultaram, por um lado, extensões da teoria dos actos de fala e, por outro, reelaborações profundas dessa teoria, alicerçadas no conceito de ilocutório e enquadradas no âmbito de uma caracterização integradora das diferentes dimensões configuradoras do discurso.

Nessa reavaliação, salienta-se o contributo da **Etnometodologia**, que se ocupa basicamente de situações de interacção quotidiana, de entre as quais sobressai a da interacção verbal, definida como «l'ensemble des actions qui sont échangées au cours d'un dialogue»³⁹.

Esta troca contempla, segundo Goffman⁴⁰ diferentes tipos de condicionamento e uma dimensão conflitual, que está na base da proposta de um trabalho de figuração, que, envolvendo elementos de natureza psicossocial, consiste no desenvolvimento de estratégias linguísticas destinadas a evitar o conflito e a proporcionar um desenvolvimento harmonioso da interacção. Este trabalho é realizado no âmbito de um quadro contratual, regido por direitos e deveres que afectam o comportamento dos interactantes, e fundado no pressuposto de que o discurso visa sempre uma modi-

asserção é satisfeito quando o que é dito se ajusta à realidade das coisas e traduz um estado psicológico de crença do locutor.

Actos directivos: representam as tentativas do locutor de fazer executar alguma coisa ao alocutário. A satisfação deste acto depende do ajustamento das coisas ao que é dito, exprimindo um estado psicológico de vontade do locutor.

Actos promissivos: implicam o empenhamento do locutor na realização futura de alguma coisa. Este acto é produzido quando a realidade das coisas se ajusta ao que é dito e o locutor manifesta o estado psicológico de intenção.

Actos expressivos: exprimem um estado psicológico específico do locutor relativamente a um estado de coisas. Este acto não contempla qualquer ajustamento à realidade das coisas e traduz o estado psicológico referido pelo enunciado.

Actos declarativos: o enunciado da frase constitui em si mesmo um acto, havendo um ajustamento recíproco da realidade das coisas e do que é dito e a ausência de qualquer estado psicológico.

³⁹ BLANCHET, Alain (1991) — *Dire et Faire Dire: L'Entretien*, Paris, Armand Colin, p. 64.

KERBRAT-ORECCHIONI ('*Nouvelle Communication*' et '*Analyse Conversationnelle*', in «Langue Française», 70, p. 11) confirma o princípio de que «la parole est dans son essence même de nature interlocutive», pelo que qualquer enunciado é sempre dialógico e virtualmente dialogal.

⁴⁰ GOFFMAN, Erving (1976 — *Replies and Responses*, in «Language and Society», 5, pp. 264-265.

ficação do alocutário, mesmo que seja apenas a nível do seu universo de saberes.

Esta concepção da conversação está no cerne da formulação das propostas de diferentes modelos teóricos, salientando-se, na tentativa de «cerner la manière dont les agents sociaux agissent les uns sur les autres à travers l'utilisation qu'ils font de la langue»⁴¹, a partir dos anos 70, a análise do discurso e a análise conversacional.

Desta última decorre uma redefinição do acto de fala e uma redistribuição dos papéis atribuídos por Searle ao locutor e ao alocutário, privilegiando-se a relação interlocutiva, marcada por uma «compósita qualificação pragmática»⁴², frequentemente traduzida pela modificação da força ilocutória dos actos discursivos produzidos pelos interactantes.

3.3. Modificação da Força Ilocutória dos Actos de Discurso

Segundo Holmes, são basicamente duas as razões que estão na base da modificação da força ilocutória com que um acto é expresso: «to express affective meaning or the speaker's attitude to the addressee in the context of utterance» e «to convey modal meaning or the speaker's attitude to the content of the proposition»⁴³. Enquanto a primeira conduz à aplicação de um conjunto de estratégias através das quais o locutor pode aumentar ou diminuir a expressão de uma atitude de solidariedade ou distanciamento social relativamente ao alocutário, a segunda é expressa em termos do grau de certeza manifestado quanto à validade ou verdade dessa proposição num determinado enunciado, sendo actualizada por meio de elementos linguísticos que são «generally devices for expressing epistemic modality»⁴⁴.

⁴¹ LAMBERT, E. (1983) — *La 'Nouvelle Communication'. Lignes de Force*, «DRLAV», 29, p. 75.

⁴² FONSECA, Joaquim (1994) — *Pragmática Linguística: Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto Editora, p. 130.

⁴³ HOLMES, J. (1984) — *Modifying Illocutionary Force*, in «Journal of Pragmatics», vol. 8, 3, p. 348.

⁴⁴ HOLMES — *Op. cit.*, p. 349.

O conceito de modalidade epistémica foi transposto da Lógica para a Linguística, que importou a noção de *mundo possível*, subordinando-a à ideia de *universo de crença*, definido como «l'ensemble indéfini des propositions que le locuteur, au moment où il s'exprime, tient pour vraies ou qu'il veut accréditer comme telles»⁴⁵.

Este conteúdo semântico é actualizado léxico-sintacticamente por um conjunto de modalizadores, no âmbito dos quais se salienta o papel dos modalizadores verbais. Estes modalizadores, em que se incluem sobretudo verbos de opinião e de sentimento, subdividem-se em modalizadores de expressão, cuja função é descrever o estado psicológico do locutor, e modalizadores de asserção, que se ocupam da avaliação do locutor relativamente ao valor de verdade da proposição subordinada.

Estes últimos, os assertivos, são sobretudo utilizados de uma forma não descritiva, que se caracteriza «par la transparence de la proposition principale (...) par rapport à la proposition enchâssée, qui est le véritable énoncé»⁴⁶. Na tradução de processos cognitivos consignados no domínio da crença, os verbos assertivos apresentam uma similitude estrutural entre duas formas: Eu V que P e P, Eu V, que denota a existência de uma analogia pragmática. Urmson designou os verbos que admitem esta dupla construção de parentéticos, distribuindo-os por três grupos:

- verbos que indicam o significado emotivo que os falantes concedem à proposição subordinada (*lamentar, regozijar-se...*);
- verbos que assinalam a relevância da proposição subordinada em relação ao que foi previamente enunciado (*deduzir, presumir, inferir...*);

⁴⁵ MARTIN, R. M. (1983) — *Pour une Logique du Sens*, Paris, PUF, cit. in BLANCHET — *Op. cit.*, p. 59.

Na medida em que essa qualificação se baseia nas atitudes mentais manifestadas pelo falante, é possível, segundo Lyons (*Op. cit.*, pp. 794-795), atribuir aos predicadores que as actualizam propriedades de factividade, não-factividade e contra-factividade.

Assim, enquanto a **factividade** compromete o falante em relação à verdade de P, a **não-factividade** representa o não compromisso do enunciador relativamente à verdade e à falsidade da proposição enunciada, caracterizando-se, por sua vez, a **contra-factividade** por exprimir um compromisso quanto à falsidade da proposição que o falante actualiza.

⁴⁶ RÉCANATI, F. (1984) — *Remarques sur Les Verbes Parenthétiques*, in ATTAL, Pierre; MULLER (eds) — *De la Syntaxe à la Pragmatique*, in «Linguisticae Investigationes Supplementa», vol. 8, Amsterdam, John Benjamins, p. 321.

- verbos que indicam a certeza com que o enunciado é produzido, assinalando, por isso, o grau de confiança implicado no enunciado em que se inserem (*pensar, saber, crer, achar, suspeitar, sentir...*)⁴⁷

O último grupo referido traduz-se em termos de modificação da força ilocutória dos actos executados na interacção verbal, sendo, em geral, usado para reduzir antecipadamente efeitos indesejáveis de um acto de discurso em relação ao ouvinte.

Como meios de operacionalização dessa estratégia, Robin Lakoff⁴⁸ estabelece vários tipos de hedges⁴⁹, de entre os quais assumem papel relevante para a caracterização dos verbos de pensamento os hedges frásicos. Nesse grupo, a autora insere verbos pertencentes à classe semântica de *pensar*, que, na primeira pessoa do presente, envolvem uma razoável presunção de verdade.

No entanto, para além de activarem uma estratégia de expressão de reservas do falante em relação à verdade da proposição contida num acto de discurso, os modalizadores da asserção podem ainda actualizar uma estratégia de reforço da validade da proposição enunciada. No sentido da sua comprovação, Holmes argumenta que «I think and I believe are parenthetical verbs which with different intonation, patterns and in different contexts, may boost or attenuate the force of the utterances they modify. Moreover the states of the speaker in the context of utterance is another crucial factor in determining the pragmatic effect of such personalized forms on the utterances in which they occur»⁵⁰.

Na verdade, o contexto é fundamental no que se refere ao comportamento dos verbos de pensamento no discurso, pois permite desfazer a

⁴⁷ URMSON, J. D. (1952) — *Parenthetical Verbs*, «Mind», 61, p. 485, cit. in JUCKER, A. H. (1986) — *News Interviews: A Pragmalinguistic Analysis*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 145-147.

⁴⁸ LAKOFF, Robin (1973) — *How to Look as if you Aren't Doing Anything With Words. Speech Act Qualification*, in «Versus», 26/27, pp. 33-40.

⁴⁹ O conceito de “hedge” é definido por Brown e Levinson (*Universals in Linguistic Language Usage: Politeness Phenomena*, in GOODY, E. (ed) — *Questions and Politeness*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978, p. 150) como a «particle, word, or phrase that modifies the degree of membership of a predicate or a nounphrase in a set».

⁵⁰ HOLMES — *Op. cit.*, p. 359.

ambiguidade entre uma leitura transparente, não descritiva, e uma leitura opca, descritiva, em que o significado do verbo seria psicológico e não modal, «because the subordinate clause expresses an opinion, not a verifiable fact and the utterance is therefore a fully committed statement of the speaker's personal viewpoint»⁵¹.

4. Campo Semântico dos Verbos de Pensamento

A bivalência pragmática inerente aos verbos de pensamento traduz duas estratégias frequentemente combinadas na interacção linguística, que dimanam, em parte, das possibilidades sémicas consignadas nos lexemas verbais.

Na organização do campo semântico dos verbos de pensamento, tomou-se como critério da sua definição a ordenação do campo a partir do arquilexema *pensar*⁵², por ser um lexema de sentido genérico, que contém

⁵¹ SIMON-VANDERBERGEN, Anne-Marie (1996) — *Image-Building Through Modality: The Case of Political Interviews*, in «Discourse and Society», vol. 7, 3, p. 406.

⁵² Dado que esse domínio de conteúdo, resultado da conceptualização e semantização de um determinado domínio de experiência, pode incluir aspectos como a perspectiva adoptada, o relevo concedido a diferentes vertentes desse domínio e o grau de pormenor com que são descritas as suas componentes, é possível encontrar, para um mesmo domínio conceptual, diferentes denominações, correspondentes a campos semânticos similares.

Este facto é corroborado pelas diferentes designações atribuídas ao grupo de verbos a que se deu o nome de verbos de pensamento. Na verdade, a designação por que se optou é apenas uma de entre as várias que costumam utilizar-se para nomear os verbos que se referem ao domínio de conteúdo do pensamento. Assim, eles são também designados como verbos de cognição (HALLIDAY — *Op. cit.*; WEBER, Elizabeth; BENTIVOGLIO, Paola — *Verbes of Cognition in Spoken Spanish: a Discourse Profile*, in FLEISCHMAN, Suzanne; WAUGH, Linda (eds) — *Discourse-Pragmatics: The Evidence from Romance*, London, Routledge, 1991); de actividade mental (MATEUS, Mira *et al* — *Gramática da Língua Portuguesa*, 3.^a ed, Lisboa, Caminho, 1989 (1992); BORBA, Francisco — *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*, 2.^a ed, São Paulo, Editora UNESP, 1990 (1991)); de opinião (FONSECA, Fernanda Irene — *Para o Estudo dos Valores do Conjuntivo em Português Moderno*, Dissertação de Licenciatura, Coimbra, 1970); de conhecimento / crença (GARCIA-MIGUEL — *Op. cit.*);

o arquissemema do campo, isto é, os traços comuns a todos os lexemas que o integram. Por conseguinte, os outros lexemas constitutivos do grupo estabelecem com o termo superordenado uma relação de hiponímia ou inclusão, visto que o domínio de conteúdo por ele designado, o de estados mentais cujas representações são associadas a crenças ou pensamentos com determinado conteúdo, é actualizado através de sentidos variados, nos quais dominam traços mínimos de conteúdo que se encontram de forma mais ou menos parcelar nas outras unidades do campo, pelo que os lexemas se organizam ainda por meio de relações de sinonímia, constitutivas do seu próprio significado, funcionando segundo esquemas gradativos ou escalares.

Equacionando estas relações semânticas, é possível definir o campo semântico em estudo como um paradigma constituído pela repartição de um contínuo de conteúdo por unidades léxicas, dele fazendo decorrer, por um lado, a inventariação das unidades inscritas nesse domínio e, por outro, a relação do significado abstracto comum com a sua actualização no uso concreto.

4.1. Inventário dos Verbos de Pensamento

Na tentativa de delimitação das unidades léxicas do campo semântico dos verbos de pensamento, procedeu-se previamente ao confronto do campo definido com a inventariação de dois grupos de verbos rela-

verbos epistémicos (VILELA, Mário — *Conhecer-Saber: Connaitre-Savoir, Analyse Confrontative*, in «Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes», Zurich, Université de Zurich, 1992). São ainda contemplados no âmbito dos “private verbs” (PALMER — *Op. cit.*); dos verbos experienciais (PERES, João Andrade — *Elementos para uma Gramática Nova, Coimbra*, Almedina, 1984); de percepção intelectual (CANO AGUILAR — *Op. cit.*) e de atitudes proposicionais (RUSSELL — *Signification et Vérité*, trad. do inglês, Paris, Flammarion, 1940).

Cada uma destas designações resultou de critérios de natureza semântica. A sua diversidade decorre não só da assunção de diferentes pontos de vista sobre o mesmo fenómeno, mas também do grau de abrangência que resulta deles. Assim, enquanto o último grupo referido apresenta designações de natureza mais abrangente, em que é possível estabelecer subgrupos, o primeiro refere-se a um conjunto mais restrito.

cionados com o mesmo domínio de conteúdo e organizados com base nas mesmas relações semânticas, realizada por Cano Aguilar e Frank Smith⁵³.

Da análise dos conjuntos de lexemas delimitados por estes autores, concluiu-se da sua grande utilidade na elaboração de um inventário de verbos de pensamento, mas igualmente da sua excessiva abrangência sémica e, conseqüentemente, numérica, para o inventário do campo semântico em análise.

Tomando como ponto de referência os critérios destes linguistas — a delimitação das unidades léxicas com base num *corpus*, do primeiro, e a possibilidade de substituição de todos os verbos do campo pelo seu arquilexema, do segundo —, realizou-se uma delimitação do campo semântico, com base no *corpus* constituído pelas vinte entrevistas apresentadas. O levantamento efectuado conduziu à selecção de um grupo de onze verbos

ACHAR, CONSIDERAR, CRER, ENTENDER, IMAGINAR, JULGAR, MEDITAR, PARECER, PENSAR, PRESUMIR, SUPOR

⁵³ Na análise semântica dos verbos transitivos do espanhol, Cano Aguilar (*Op. cit.*, 160-196) destaca um numeroso grupo de verbos de percepção, que organiza em subgrupos:

acusar, aplaudir, aprender, apresentar, aprovar, assegurar, assinalar, averiguar, calcular, celebrar, censurar, compreender, comprovar, condenar, conhecer, considerar, convencer, crer, criticar, deduzir, delinear, demonstrar, dissuadir, elogiar, ensinar, entender, esquecer, exhibir, expor, felicitar, imaginar, informar, intentar, julgar, lamentar, mostrar, perceber, reconhecer, recordar, reflectir, representar, reputar, saber, supor, suspeitar, ver

Frank Smith, por sua vez, estabelece «uma lista breve e incompleta de verbos relacionados com o pensamento», que intitula «Pensar — em setenta e seis palavras» (*To Think*, 1990, Trad. portuguesa: *Pensar*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994, pp. 15-16):

adivinhar, afirmar, analisar, antecipar, aprender, argumentar, assumir, atentar, avaliar, calcular, categorizar, cismar, classificar, cogitar, compreender, conceber, concentrar-se, conceptualizar, conhecer, conjecturar, descobrir, determinar, empatizar, entender, especular, esperar, esquematizar, estimar, examinar, explicar, fantasiar, fingir, lembrar, idear, imaginar, induzir, inferir, introspectar, inventar, julgar, meditar, opinar, organizar, perceber, ponderar, pôr hipóteses, postular, premeditar, pressentir, presumir, pressupor, prever, prognosticar, projectar, propor, raciocinar, racionalizar, recordar, reflectir, rever, reexaminar, ruminar, sistematizar, sugerir, supor, suspeitar, tencionar, teorizar, tramar.

Com o objectivo de articular o domínio de conteúdo inerente a este grupo de verbos com o seu comportamento em situações de comunicação concretas, foram extraídos deste conjunto os verbos de pensamento ocorrentes na entrevista de Baptista-Bastos a Alexandre O'Neill,

ACHAR, ENTENDER, JULGAR, PENSAR, SUPOR,

pelo facto de constituírem uma amostra representativa das propriedades lexicais e do funcionamento sintáctico-semântico-discursivo dos verbos de pensamento.

4.2. Significado Lexical dos Verbos de Pensamento

A sua análise lexical funda-se na construção de um paradigma léxico, em cuja configuração se destaca um conjunto de dimensões que permitem situar os lexemas relativamente ao conteúdo considerado, na medida em que constituem traços mínimos de conteúdo que opõem os diferentes lexemas entre si.

Por conseguinte, no paradigma dos verbos de pensamento são considerados como semas fundamentais:

S1: Pensamentos

S2: Reflexão

S3: Opinião

S4: Suposição

S5: Avaliação

S6: Convicção.

Numa representação diagramática, em forma de matriz, os traços sémiicos enumerados são distribuídos pelos lexemas em análise da seguinte forma:

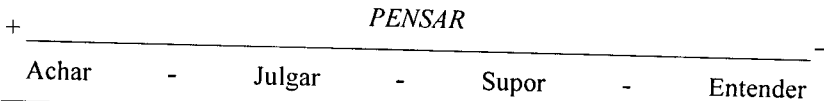
Quadro Sémico dos Verbos de Pensamento ⁵⁴

Lexemas \ Semas	S1	S2	S3	S4	S5	S6
ACHAR	—	—	++	+	+	+
ENTENDER	—	—	++	—	—	+
JULGAR	—	—	+	++	+	—
PENSAR	++	++	++	+	+	+
SUPOR	—	—	±	++	+	—

Da leitura deste quadro sémico, resulta a confirmação da existência de um lexema superordenado no campo semântico dos verbos de pensamento e da possibilidade da sua ordenação em função das relações semânticas de hiponímia e sinonímia.

De facto, ao incluir, ainda que com graus de intensidade variável, os semas comuns a todos os lexemas e ainda outros semas não ocorrentes nesses termos — S1 e S2 —, o verbo *pensar* constitui-se como hiperónimo deste grupo de verbos. Cada um dos hipónimos contém alguns dos semas actualizados pelo arquilexema, estabelecendo-se, em função dos traços sémicos evidenciados, relações de co-hiponímia diversas, que se traduzem num grau igualmente diferenciado de sinonímia. Assim, enquanto o S4 permite o estabelecimento de uma maior proximidade sémica e, consequentemente, sinonímica, entre os verbos *judgar* e *supor*, o S3, que apresenta uma incidência mais forte nos verbos *achar* e *entender*, cria uma relação de contiguidade mais nítida entre estes dois verbos relativamente ao primeiro par considerado.

No que se refere à relação dos hipónimos com o hiperónimo, a análise do quadro efectuado revela a existência de uma escala, em que os verbos se organizam de acordo com o número de traços sémicos actualizados:



⁵⁴ Os sinais utilizados na configuração sémica do significado lexical dos verbos de pensamento devem ler-se da seguinte forma:

- ++ — presença forte do sema
- + — presença do sema
- ± — presença pouco marcada do sema
- — ausência do sema.

5. Estruturas Sintáctico-Semânticas dos Verbos de Pensamento

Esse significado, normalmente geral e impreciso, prevê um conjunto de acepções, a partir das quais a sintaxe, a semântica e a pragmática seleccionam um sentido monossemizado.

Nos contextos de realização possíveis dos verbos de pensamento são representados estados ou actividades mentais, que se enquadram no âmbito dos tipos gerais de processos que Halliday inscreve na metafunção ideacional de organização da língua, fazendo-os corresponder ao modelo transitivo. Nesse sentido, é possível determinar, tomando como referência o protótipo de transitividade explicitado, e considerando como constituintes de base o predicado na sua globalidade e os participantes a ela associados, qual o grau de transitividade que caracteriza os enunciados em que ocorrem e quais as funções semântico-funcionais e formais por eles especificadas.

5.1. Esquema Sintáctico e Semântico Geral

Da aplicação destes princípios operatórios ao grupo de verbos considerado decorre o estabelecimento de um esquema sintáctico e semântico genérico, que permite caracterizar globalmente não só os verbos tratados, mas também a generalidade dos verbos agrupados no campo semântico dos verbos de pensamento.

Assim, no que se refere ao esquema sintáctico, conclui-se da dominância da construção transitiva típica (sendo também considerada, em correlação com esta, as realização transitiva predicativa) e da construção transitiva com preposição:

Esquema Sintáctico dos Verbos de Pensamento

ESQUEMAS CONSTRUÇÕES LEXEMAS	TRANSITIVO DIRECTO		TRANSITIVO PREPOSICIONAL
	Suj - Pred - CD	Suj - Pred - CD e Predic	Suj-Pred - CPREP
ACHAR	+	+	—
ENTENDER	+	—	—
JULGAR	+	+	—
PENSAR	+	—	+
SUPOR	+	+	—

À equivalência valencial de dois actantes apresentada por estes dois esquemas sintácticos corresponde uma função semântico-funcional, determinada na inter-relação semântica com o processo implicado no predicado e de acordo com o esquema sintáctico activado. Neste sentido, os verbos de pensamento obedecem genericamente ao seguinte esquema semântico:

Esquema Semântico dos Verbos de Pensamento

ELEMENTOS DO PROCESSO		PROCESSO	A	O
VARIÁVEIS				
Propriedades	N.º participantes	2		
	Acção	—		
	Direccionalidade	+		
	Intencionalidade		±	
	Actividade		±	
	Afectação			—
	Individação			±
Função	Agente		—	
	Experienciador		+	
	Objecto afectado			—
	Objecto efectuado			±

Esta generalização, de que ressalta a ausência de transitividade, imbrica na situação-tipo designada pelo semantismo dos verbos de pensamento, tipicamente representados pelo verbo *pensar*, que corresponde à objectivação de um dado estado de coisas, que pode ser subjectivamente perspectivado.

5.2. O verbo *Pensar*

Nessa objectivação, segue-se o percurso efectuado para a caracterização dos verbos de pensamento designados, tomando como modelo o arquilexema *pensar* e, como ponto de partida, os dois esquemas sintácticos por ele actualizados:

- Suj - Pred - CD
- Suj - Pred - CPREP

5.2.1. Pensar com Sujeito e Complemento Directo

No semantismo do verbo *pensar* está contida a representação de uma experiência psíquica, pelo que a função sintáctica de sujeito corresponde à entidade que experiencia essa representação e a de complemento directo, ao conteúdo da experiência.

A última entidade referida é simultaneamente realizada por modelos frásicos / argumentais e proposições, activando as seguintes estruturas frásicas⁵⁵:

- (I) N - V - N
- (2) Aliás, suponho que os comunistas pensam a mesma coisa.

- (ii) N - V - N - De / Sobre + N (/ Inf.)
- (3) Que pensa de Rui Guedes?
- (4) Nessa altura foi-me feita uma pergunta sobre o que eu então pensava...

- (iii) N - V - Que Completiva (/Adv)
- (5) Penso que topou o Gigio.
- (6) Ah! Isso, penso que sim!

- (iv) N - V - Inf
- (7) Quero ler-lhe os poemas de um livro que terminei e que penso ser o meu melhor livro.

- (v) Frase intercalada
- (8) Nos meus filmes há, penso eu, particularmente no *Nós Por Cá Tudo Bem*, a confissão disso mesmo.

Do ponto de vista semântico, as formas de CD identificadas são preenchidas por Factos ou Metafenómenos, correspondendo, consequentemente, a entidades de terceira ordem. O CD que tipicamente subscreve essa categoria realiza-se por meio de uma proposição introduzida pela conjunção “que” (iii), representando uma projecção, em que a oração projectada, dependente da primeira, corresponde a um Metafenómeno, sendo a configuração de um fenómeno semântico e, portanto, uma representação de natureza linguística.

⁵⁵ Os exemplos dados nas diferentes estruturas frásicas identificadas provêm essencialmente do corpus em análise (2,3,4,5,6), tendo-se ainda recorrido a realizações ocorrentes no conjunto das entrevistas consideradas (7,8).

Esta tipicidade semântica caracteriza igualmente a estrutura frásica (v), na medida em que ela apresenta estruturalmente uma forte similitude com a estrutura frásica (iii), pois equivale semanticamente a uma frase subordinada introduzida por “que”:

- (9) Penso que nos meus filmes há, particularmente no *Nós Por Cá Tudo Bem*, a confissão disso mesmo.

A mesma equivalência manifesta-se relativamente à frase (7), pelo facto de o CD realizado através de infinitivo poder ser reescrito por meio da estrutura frásica (iii):

- (10) Quero ler-lhe os poemas do livro que terminei e que penso que é o meu melhor livro.

A categoria de Fenómenos ou “things” seria, de acordo com a teoria de Halliday, concomitante com as estruturas realizadas através de SN ou orações flexionadas. No entanto, na medida em que os referentes dos CD’s inscritos nas estruturas (I) e (ii) não existem independentemente do processo em que participam, situam-se na mesma ordem de realidade atribuída às proposições introduzidas por “que”, correspondendo, portanto, a Metafenómenos. Este facto é corroborado, no que se refere aos nomes, pelo traço classemático dominante, [+ abstracto] (e até [+ indefinido]), designativo de ideias, palavras e expressões qualificadoras do pensamento e pela impossibilidade de actualizar, como objecto, o traço [+ humano] ou [+ animado].

Por consistir, assim, numa representação mental, o CD apresenta a função semântica de Objecto Efectuado, visto que representa a criação, o resultado ou o produto de um determinado processo.

Esse processo pode ser potencialmente controlado pela entidade que ocupa a posição central de sujeito, não implicando necessariamente o traço [+ volição]. Assim, essa entidade tipicamente animada, formalmente actualizada por um SN e preenchida, em termos semânticos, por uma entidade de primeira ordem ou Fenómeno, à qual corresponde o traço [+ humano] ou [+ animado], constitui o centro a partir do qual se processa a experiência psíquica, desempenhando, por conseguinte, uma função semântica de Experienciador, em que se denota uma determinada mudança interior ou cognitiva.

As funções semânticas de Experienciador e Objecto Efectuado implicam uma interdependência na determinação dos valores semânticos actua-

lizados, traduzida sintacticamente na activação de uma relação de contraste delimitadora das funções centrais da frase. Essa especificação sintáctico-semântica impede a consideração de uma construção bidireccional para o processo mental inerente ao verbo pensar, visto que o processo mental representado não admite a reversibilidade de correspondência entre as funções sintácticas e as funções semânticas.

Esse processo estabelece ainda uma relação de natureza cognitiva entre o sujeito e o CD, cujos traços semânticos [\pm controle] e [+ resultado] se inter-relacionam com os traços semânticos do próprio predicado, de entre os quais se salienta, de forma genérica, o traço [+ estativo] ou [- acção].

Assim, a realização de *pensar* por meio do esquema transitivo designa tipicamente situações estativas, como resultado de uma certa actividade, podendo, em função do semema actualizado, isto é, do conjunto de semas correspondente a uma realização possível do significado do lexema, verificar-se uma certa oscilação na acção de controle do Experienciador, que não impede, no entanto, a determinação do esquema semântico Experienciador — [\pm Estado] — Objecto Efectuado.

Da comparação deste esquema com o esquema prototípico dimana a aferição de um grau de baixa transitividade às realizações frásicas cujo elemento central é o verbo *pensar*, traço que pode ser testado por meio do critério da passivização que, constituindo um valor correlativo da transitividade, permite verificar a aplicação dos seus pressupostos gerais. Assim, considerando a impossibilidade da transformação passiva,

(11) *Que topou o Gigio é pensado por mim.

confirma-se o afastamento do esquema semântico do verbo pensar relativamente e ao esquema semântico da transitividade prototípica.

5.2.2. Pensar com Sujeito e Complemento Preposicional

O verbo *pensar* admite ainda um esquema sintáctico desviado do protótipo⁵⁶, que consiste na actualização de um predicado ao qual está

⁵⁶ Para além dos esquemas sintácticos transitivos Suj - Pred - CD e Suj - Pred - CPREP, o verbo *pensar* pode ainda apresentar a construção intransitiva Suj - Pred. Essa dupla possibilidade corresponde, segundo Cano Aguilar (*Op. cit.*, pp. 302-303), a diferentes manifestações do fenómeno da “bivalência funcional” definida por

associada a função central de sujeito e uma função não central, preenchida por um suplemento ou complemento preposicional.

Ausente da problemática existente em torno da variação sintáctica do segundo participante, o sujeito do verbo *pensar* mantém, neste esquema sintáctico, os mesmos traços categoriais e as mesmas possibilidades de realização formal que o sujeito da construção transitiva típica.

No que se refere à segunda função sintáctica activada pelo predicado, a sua relação com o verbo é mediatizada pela preposição “em”, integrando as seguintes estruturas frásicas⁵⁷:

- (I) N - V - N em N
- (12) Quando penso em libertinagem, penso sempre no poema de Manuel Bandeira.
- (13) Comovo-me quando penso nisso.
- (14) É tempo de pensarmos numa organização sindical de escritores.

- (ii) N - V - em Inf
- (15) Na altura, começava a pensar em casar, tanto mais que eu nunca me furtei às companhias femininas.

Blinkenberg, que traduz, para o mesmo verbo, diferentes matizes de significado, conforme o tipo de frase que ocorre.

No que se refere ao verbo *pensar*, a realização intransitiva equivale a um emprego absoluto do verbo, que consiste no «uso sin objeto de un verbo normalmente transitivo, sin que podemos recuperar ningun objeto ‘sobrentendido’» (*ibidem*, p. 311). Por conseguinte, não se verifica a supressão de qualquer objecto directo, mas sim de todas as classes de objecto possíveis para esse verbo. O emprego absoluto não pode, por isso, confundir-se com a elipse do objecto.

Retoma-se, assim, a distinção entre verbo transitivo e verbo intransitivo, fazendo-a derivar, não de categorias distintas de verbo, mas de realizações frásicas do mesmo verbo, semântica e funcionalmente diferentes. Essa distinção consiste, semanticamente, na diferença entre «un proceso puro» e um «proceso vertido al exterior» (*ibidem*), respectivamente. No primeiro caso, não é possível recuperar um objecto de tipo “pensamentos”, porque a realização intransitiva denota uma capacidade e não uma representação psíquica. Por outro lado, Blinkenberg (*Le Problème de la Transitivity en Français Moderne: Essai Sintacto-Sémantique*, Copenhague, Munksgaard, 1960, p 47) considera o emprego absoluto do verbo *pensar* como um patamar para a transitividade preposicional: *pensar alguma coisa — pensar — pensar em alguma coisa*.

Realizações do tipo “O homem pensa”, “dar que pensar”, “pensar em voz alta” e “sem pensar” são exemplos deste tipo de construção.

⁵⁷ Para exemplificar as estruturas frásicas identificadas, recorreu-se à entrevista em análise e às outras entrevistas de O Homem em Ponto, tendo-se destacado do primeiro corpus a frase (12) e do segundo, as frases (13) — (15).

Ao contrário do que acontece com o CD de *pensar*, o CPREP não apresenta restrições categoriais, na medida em que «tudo puede ser objecto de pensamento»⁵⁸, desde nomes de pessoas e pronomes pessoais até frases. Nesse sentido, o CPREP é preenchido preferencialmente por fenómenos ou coisas, que designam entidades cujo referente pode ser uma pessoa, uma entidade concreta e inanimada ou uma entidade abstracta. Na medida em que, devido ao papel de autonomia sintáctica e semântica concedido pela preposição ao objecto, «ni la existencia ni el estado de esas entidades dependen del desarrollo del proceso cognitivo»⁵⁹, o CPREP não desempenha uma função semântica de objecto efectuado. Na verdade, tendo em conta o semema correspondente ao esquema não prototípico actualizado pelo verbo pensar é «dirigir o pensamento para», é possível concluir, com García-Miguel e em desacordo com Cano Aguilar, da não afectação do CPREP, considerando-se igualmente a sua não efectuação, visto que este complemento constitui «el campo donde se aplica la actividad verbal, la situación no física del acto (pensamiento: objecto interno)»⁶⁰.

Este acto corresponde, por isso, a um tipo de situação mais ou menos dinâmica, em que está, ou pode estar, implicada uma determinada actividade mental, que não se confunde, no entanto, com a presença de acção. Na inter-relação com esse processo, o sujeito assume um papel de controlador potencial, apresentando, pelo menos em latência, o traço [+ vontade]. Desempenha, por conseguinte, uma função semântica de experienciador, em que se verifica uma certa variação, com reflexos de maior ou menor proximidade do esquema prototípico de agentividade de Comrie⁶¹.

Da consideração do Sujeito, do Processo e do CPREP, resulta a atribuição de um valor de baixa transitividade ao esquema Suj - Pred - CPREP que, em termos semânticos, pode implicar, em função do contexto, um valor mais elevado do que o que foi atribuído à construção com CD.

⁵⁸ CANO AGUILAR — *Op. cit.*, p. 382.

⁵⁹ GARCÍA-MIGUEL — *Op. cit.*, p. 144.

⁶⁰ GARCÍA-MIGUEL — *Op. cit.*, *ibidem*.

⁶¹ O maior ou menor grau de intencionalidade do sujeito é detectado contextualmente, sendo possível fazer corresponder os seus pólos, por um lado, à fraseologia “pensar na morte da bezerra”, em que está implicada uma ausência de intenção do sujeito e a assunção de uma situação estativa, e, por outro, ao semema “fazer reflexões sobre”, que pode denotar uma certa intencionalidade do sujeito e, conseqüentemente, maior actividade.

O desvio do esquema realizado com CPREP relativamente ao esquema sintáctico com CD é demonstrado pela impossibilidade de aplicação do teste da passiva. Apesar dessa impossibilidade, o verbo pensar admite, nesta construção, uma estrutura formalmente traduzida por “Estar + Adj.”, que corresponde a uma realização frásica do tipo:

(16) Ela está pensativa.

Nesta realização, que resulta de uma identificação do sema *pensamento*, manifesta-se a assunção de um estado anímico ocasional do sujeito, pelo que o adjectivo verbal pensativo designa um estado.

5.2.3. Síntese

Recuperando o quadro de aproximação à tabela de Hopper e Thompson, realizado por Mário Vilela, que se subdivide em função do escalonamento efectuado por García-Miguel relativamente ao processo e aos seus participantes, é possível esquematizar o funcionamento semântico do verbo *pensar* no âmbito dos dois esquemas sintácticos actualizados:

PENSAR

Propriedades do predicado:	2 participantes ausência de acção presença de direcionalidade
Propriedades de A:	± intencional agente não activo
Propriedades de O:	objecto não afectado, mas efectuado objecto não individuado

PENSAR EM

Propriedades do Predicado:	2 participantes ausência de acção
Propriedades de A:	± intencional agente não activo
Propriedades de O:	objecto não afectado e não efectuado objecto ± individuado

Apesar das diferenças sintáticas e semânticas perceptíveis entre os dois esquemas que realizam o significante léxico *pensar*, salienta-se um núcleo significativo comum com representações linguisticamente diferentes, devido a diversas incidências no semantismo do lexema verbal, situadas ao nível da actualização de um sentido mais lato ou mais restrito desse semantismo ⁶².

6. Perfil Discursivo dos Verbos de Pensamento

Na medida em que desse semantismo dimana a selecção de um conjunto de expressões que se institui como suporte linguístico dos mecanismos activados nas situações de interlocução, o verbo manifesta-se como um elemento relevante no cumprimento das finalidades comunicativas dos falantes. Neste sentido, a configuração do perfil discursivo dos verbos de pensamento materializa-se no discurso, mais concretamente no domínio da entrevista, destacada de uma tipologia conversacional à qual preside o pressuposto de que o diálogo «constitue la forme la plus “importante” et naturelle» ⁶³.

6.1. A Entrevista de Baptista-Bastos a Alexandre O’Neill ⁶⁴

Em termos comunicativos, esta forma dialógica caracteriza-se por ser «un échange conversationnel dans lequel une personne A extrait une

⁶² No que se refere ao conjunto dos verbos analisados, a distância que se estabelece entre os estados de coisas designados é variável, situando-se, por um lado, ao nível da definição da homonímia e, por outro, no domínio da polissemia propriamente dita, na medida em que há uma relação de proximidade conteudística entre os estados de coisas configurados. Os verbos *pensar* e *achar* inscrevem-se no primeiro pólo, correspondendo o segundo aos verbos *entender*, *julgar* e *supor*. Para uma abordagem desta questão, consulte-se o ponto 6.3. do capítulo seis da dissertação citada na nota inicial.

⁶³ KERBRAT-ORECCHIONI — *Op. cit.*, p. 11.

⁶⁴ O estabelecimento do perfil discursivo dos verbos de pensamento foi precedido de uma análise da entrevista em que se inserem e que, por sua vez, se fundamentou num estudo preliminar atinente à estruturação de entrevistas jornalísticas em termos gerais. Dado que o trabalho aqui apresentado, por razões de natureza prática, não inclui essa análise, ela deve ser consultada no capítulo sete da dissertação de mestrado da autora.

information d'une personne B, information incluse dans la biographie de B»⁶⁵.

Nesta definição imbrica o levantamento das componentes comunicativas de uma entrevista, que são fundamentalmente a *situação*, o *objectivo*, o *tema* e os *participantes*.

Estas componentes inter-relacionam-se no âmbito de uma determinada estrutura organizacional, que pode ser analisada com base na interdependência existente entre três níveis estruturais: *macro-estrutura*, *estrutura de nível médio* e *nível micro-estrutural*.

Na entrevista em análise, a macro-estrutura reparte-se por três etapas — abertura, fase intermédia e fecho. A primeira e a última não correspondem às sequências ritualizadas, geralmente caracterizadas pelos pares comunicativos de saudação e despedida, mas activam estratégias conducentes ao preenchimento das funções atribuídas a estes dois tipos de sequências.

Esta organização global é localmente especificada através de sinais reguladores da alternância de vez, elementos constitutivos do nível micro-estrutural, que se inserem nos actos de fala produzidos pelos falantes.

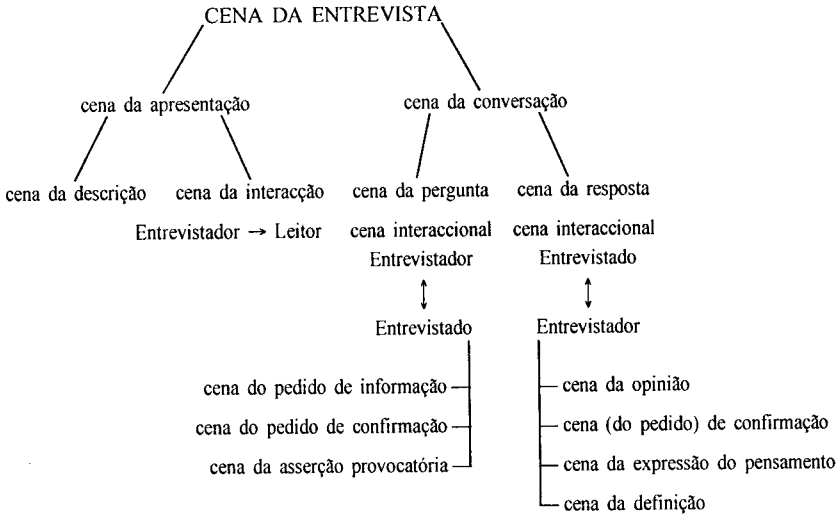
Esses actos de fala estão na base da composição da estrutura de nível médio, que assume como modelo mais frequente as sequências constituídas por uma intervenção iniciativa e uma intervenção reactiva.

Esta análise, de nível discursivo, articula-se com uma perspectivização conceptual desses actos conversacionais, a que não são alheios condicionalismos de ordem léxico-sintáctica. Na verdade, aos actos comunicativos executados pelos interactantes subjazem representações cognitivas de estados de coisas, que activam determinadas cenas, fundamentalmente de natureza interaccional, pelo que o segmento de experiência denotado na cena da entrevista compreende indicações de natureza situacional e relacional.

Do confronto da cena prototípica que traduz o conhecimento da organização da entrevista com a cena activada pela sua construção linguística efectiva, resulta a formulação de um quadro cénico geral:

⁶⁵ BLANCHET — *Op. cit.*, p. 19.

O PENSAMENTO EM ENTREVISTA



6.2. Os verbos de Pensamento na Entrevista

Os verbos de pensamento constituem uma das estratégias interpretativas que materializam o esquema conceptual denotado pelas cenas da entrevista, contribuindo, no seu decurso, para a actualização das cenas de opinião, de pedido de informação, pedido de confirmação e de expressão do pensamento.

6.2.1. Verbos de Pensamento e Opinião

A cena da opinião é reiterada ao longo de toda a entrevista, associando-se a “frames” diferenciados que remetem, no conjunto, para o sema “opinião”⁶⁶. A variação existente corresponde a um conjunto de estratégias que activam diferentes perspectivas sobre a mesma cena.

Neste sentido, o recurso a verbos de pensamento distintos corresponde à assunção de interpretações diferenciadas relativamente à mesma cena.

Assim, na actualização do sema “opinião” e do semema “ter um certo parecer ou opinião” imbricados no esquema conceptual denotado na cena da opinião, os verbos de pensamento exigem dois participantes: um

Experienciador e um Objecto Efectuado. Esta configuração semântica é realizada, em termos sintácticos, através do esquema Suj - Pred - CD. Enquanto o sujeito é realizado por um SN [+ humano], o CD é actualizado por meio de um complemento oracional, introduzido por “que”. A sequência desta conjunção pode ser um advérbio de negação (9Ba, 50Ba) ou uma oração realizada predominantemente na forma finita (1Bc, 2Bc, 3Bd, 4Aa, 4Bc, 5Bb, 10Bc, 18Bc, 34Bb, 35Bb, 44Ba,b, 46Ba, 51Ba, 60Ba, 65Ba)⁶⁷. A realização 31Ba insere-se, tal como as anteriores, no esquema sintáctico transitivo, comportando, no entanto, além do CD, um predicativo de CD. Esta distinção tem efeitos discursivos, na medida em que, nesta realização, a manifestação da opinião é acompanhada de um traço avaliativo marcado.

Neste contexto, o predicado é predominantemente utilizado na primeira pessoa do presente do indicativo, à excepção de 3Bd e 4Aa, em que ocorre na terceira pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo.

Quando o verbo é usado na primeira pessoa, «the speaker is in exactly the same position as the commentator; he is reporting something that is not perceived by the hearer»⁶⁸. Na terceira pessoa, o verbo designa o relato de um estado mental a cujo conteúdo se acedeu por intermédio de outrem (3Bd) ou representa o resultado de um processo de inferência (4Aa)⁶⁹.

Tanto num caso como no outro, os verbos de pensamento traduzem uma determinada atitude de pensamento relativamente à proposição subordinada, integrando actos assertivos, que comportam uma certa força ilocutória. Neste sentido, estes verbos representam uma forma de modificação da força ilocutória do discurso, que consiste na expressão de reservas quanto à assunção categórica da verdade da proposição contida na oração subordinada. Nesse âmbito, são consideradas asseverações de opinião ou modalizadores de asserção.

⁶⁶ A análise das intervenções do entrevistado permitiu verificar que o falante actualiza, na manifestação da opinião, outro tipo de estratégias frásicas para além dos verbos de pensamento.

⁶⁷ Os sinais utilizados para a referenciação das ocorrências assinaladas remete para o *corpus* transcrito em anexo na dissertação de mestardo referida.

⁶⁸ PALMER — *Op. cit.*, p. 73.

⁶⁹ A menor frequência de ocorrências com outras pessoas além da primeira pessoa do singular implica uma tendência pouco acentuada do falante para relatar os estados mentais de outras pessoas, isto é, para dizer o que outros (não participantes na situação discursiva) sentem e pensam.

Como modalizadores de asserção, os verbos de pensamento comportam uma assimetria da primeira pessoa do presente do indicativo⁷⁰. Nesse contexto, realiza-se a sua função de modalização, que pode resultar na atenuação ou reforço da força ilocutória da asserção. De uma forma geral, verifica-se um processo de atenuação da força ilocutória da asserção, pelo que os verbos de pensamento assumem essencialmente o papel de “hedges” frásicos na cena da opinião, instituindo-se como operadores da modalidade epistémica.

Para além da leitura transparente, estes verbos admitem ainda uma leitura opaca, em que a subordinada exprime uma opinião tradutora do total empenhamento do falante relativamente ao ponto de vista assumido no enunciado. Esta leitura é sobretudo perceptível no uso do verbo na terceira pessoa do imperfeito do indicativo (3Bd e 4Aa), na medida em que, na utilização dos verbos na primeira pessoa do presente do indicativo, é, em muitos casos, frequentemente quase impossível decidir se se tratava de uma interpretação psicológica ou modal.

Tendo em conta as realizações da entrevista e a constatação de Meunier de que se operou «une extension considérable de la nature de la modalité, au point même que semble disparaître la distinction initiale entre propositions modales et propositions assertoriques»⁷¹, parece possível a neutralização destas duas leituras em favor de uma leitura modal global, com distinções variáveis em função do grau de certeza atribuído ao enunciado.

⁷⁰ Neste âmbito, imbrica a designação dos verbos de pensamento como verbos parentéticos.

Embora esta entrevista não contenha nenhuma realização parentética, todos os verbos de pensamento considerados, com exceção do verbo *entender*, são verbos parentéticos, podendo, por conseguinte a estrutura *Eu V que P*, em que a proposição principal *V Eu* é caracterizada pela sua transparência, comutar com a estrutura *V Eu*. Esta possibilidade marca uma diferença entre as realizações 1Bc e 2Bc e a maior parte das realizações em que ocorre a primeira estrutura, na medida em que os últimos não admitem essa comutação. Isso não implica, no entanto, a inexistência de um traço de transparência da proposição principal, mas antes uma incidência sémica diferenciada: enquanto na construção parentética domina o sema “suposição”, na outra realização destaca-se o sema “opinião”.

No conjunto destes verbos, «the verb ‘think’ is clearly the most important parenthetical verb» (JUCKER — *Op. cit.*, p. 148).

⁷¹ MEUNIER, A. (1979) — *Points de Repère Historiques pour l’Étude de la Notion de Modalité*, in «DRLAV», 21, p. 24.

Esse grau de certeza está na base de estratégias discursivas que constituem o ponto onde imbricam as diferentes perspectivas adoptadas pelos verbos de pensamento considerados relativamente à cena prototípica da opinião. Assim, os verbos *achar*, *entender*, *julgar*, *pensar* e *supor* implicam uma propriedade de não factividade, podendo os verbos *achar*, *entender* e *pensar*, em função do contexto, assumir um valor de quase factividade, representando o reforço da manifestação da crença em P, nomeadamente através de determinadas expressões adverbiais (4Bc, 44Bb)⁷².

A distinção entre os verbos de pensamento é relevante no domínio da sua recorrência na cena da opinião: *achar*: 10 vezes, *supor*: 5 vezes; *pensar*: 2 vezes; *entender* e *julgar*: 1 vez.

Os verbos *entender* e *pensar* ocorrem como “frame” lexical associado ao “frame” lexical activado na cena imediatamente anterior, com a qual se associam. Por sua vez, o verbo *julgar* ocorre no relato da opinião atribuído por conhecimento indirecto a um terceiro indivíduo não participante na interacção. Os verbos *supor* e *achar* são sempre realizados pelo participante entrevistador, à excepção da realização 4Aa, que corresponde a uma asserção de opinião relatada diafonicamente pelo entrevistador.

Esta distribuição das ocorrências pode ser explicada não só com base no quadro sémico definidor destes verbos, mas também pelo recurso à análise da situação que envolve a cena global, nomeadamente no que diz respeito às características pessoais do entrevistado, ao nível de linguagem dominante na entrevista e ao tipo de relação existente entre entrevistado e entrevistador.

À excepção da realização 4Aa, o entrevistador não constitui um participante activo e directo na cena da opinião, exercendo, no entanto, sobre ela uma nítida influência, traduzida numa cena associada com grande importância no contexto cénico global. Trata-se da cena de pedido de opinião⁷³.

⁷² Esta classificação relaciona-se com uma dupla possibilidade de construção da proposição subordinada no que se refere ao modo. Assim, os verbos de pensamento podem ser realizados no modo indicativo ou conjuntivo, traduzindo o uso deste último modo, marcado, de acordo com Fernanda Irene Fonseca (*Op. cit.*, p. 96), um valor de irrealidade, «em que a opinião apresentada é contrariada pela realidade».

Como no presente estudo apenas ocorre o modo indicativo, não se trata esta distinção.

⁷³ A co-determinação destas duas cenas decorre da dissemetria que caracteriza as funções dos interactantes, sintetizáveis no postulado de que «the turns which an “interview system” organizes alternately are “questions” and “answers” (SACHS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. (1974) — *A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation*, in «Language», 50, p. 710).

6.2.2. Verbos de Pensamento e Pedido de Opinião

Esta cena exerce, em termos gerais, uma função de co-determinação da cena de opinião, o que é perceptível a nível dos “frames” que se associam devido à partilha do mesmo material linguístico. Essa correlação manifesta-se pela utilização frequente da estrutura “A sua opinião sobre...” (18Aa, 27Aa, 44Aa, 45Aa).

No domínio da cena de pedido de opinião, os verbos de pensamento constituem um “frame” pouco activado (31Ac, 46Aa, 51Aa), visto que o entrevistador recorre essencialmente a outras estratégias interpretativas para a materialização do esquema conceptual contido nessa cena. Algumas dessas estratégias apresentam características similares ao conteúdo denotado pelos verbos de pensamento, traduzindo diferentes perspectivas sobre a cena de pedido de opinião.

Como “frames” associados a essa cena, os verbos de pensamento realizam a estrutura frásica N - V - N - De + N, activando, por conseguinte um esquema transitivo prototípico.

Ao contrário do que acontece na cena da opinião, é utilizada a terceira pessoa do singular do presente do indicativo e o complemento do verbo é um complemento lexical. Desta distinção derivam igualmente duas diferenças discursivas básicas: por um lado, os verbos de pensamento inserem-se em realizações frásicas interrogativas, que materializam actos de fala directivos, e, por outro, não relatam nenhum estado de coisas, mas «are clearly asking for a report»⁷⁴. Neste sentido, o Experienciador é questionado acerca dos seus estados mentais, não havendo, por conseguinte, coincidência entre o enunciador e o sujeito da enunciação. Nesse questionário, os verbos de pensamento traduzem uma estratégia que consiste em prefaciá-lo acto directivo. Dessa forma, implicam uma solicitação explícita do enunciado, que tem um duplo efeito na cena associada, porque reduz simultaneamente os condicionalismos que lhe são impostos pela máxima da qualidade e a possibilidade de activação de estratégias do conteúdo proposicional contido na resposta⁷⁵.

⁷⁴ PALMER — *Op. cit.*, p. 74.

⁷⁵ A realização «Mas cada qual com o olho sobre o outro: o que é que ele pensa disto ou daquilo, o que é que ele vai fazer nisto ou naquilo» constitui um esquema linguístico activado no contexto de uma cena de interacção entre o entrevistador e o lei-

Para lá da utilização dos verbos de pensamento nestas cenas de natureza interaccional, que se caracterizam, ao nível da gestão do discurso, por estratégias integradas, respectivamente, nas intervenções iniciativas e reactivas dos interactantes, há outras situações típicas da cena da entrevista a que estão associados os verbos de pensamento.

6.2.3. Verbos de Pensamento e Pedido de Confirmação

À cena do pedido de confirmação pode efectivamente associar-se um verbo de pensamento, que actualiza esse pedido (32Be). Esta cena integra-se numa cena mais vasta, em relação à qual especifica uma das partes, desempenhando uma função discursiva de apêndice modalizador. Nessa função, apresenta um valor fático, cuja expressão linguística se relaciona com o facto de o acto comunicativo não ser óbvio para o falante. Assim, este apêndice modaliza um enunciado de base assertiva, em que a pergunta recai mais no verbo do que no conteúdo proposicional, pressupondo uma forte expectativa por parte do falante. Em função dessa expectativa, uma resposta negativa provocaria um desequilíbrio no desenvolvimento harmonioso da conversação, pelo que a sua enunciação tem como finalidade «corroborar ou ratificar uma previsão acerca da qual o falante tem mais ou menos expectativas, levando o ouvinte a responder como ele pretende»⁷⁶. No entanto, esse pedido de confirmação não determina a actualização de uma nova cena, mantendo-se no exercício da palavra o mesmo falante, que dá continuidade à cena principal⁷⁷.

tor, por sua vez integrada na cena da apresentação. No seu contexto, efectua-se, não um pedido de informação, mas o relato de um auto-pedido de informação, integrado numa estrutura introduzida pelo conector “mas”, com um valor argumentativo articulado com uma frase precedente: «Há um par de anos que só dizíamos um olá fortuito um ao outro”.

⁷⁶ PINILLA, J. A. (1987) — *Sobre Alguns Apêndices Modalizadores em Português*, in «Actas» do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, p. 445.

⁷⁷ Por conseguinte, este apêndice modalizador detém uma função similar à das perguntas retóricas.

6.2.4. Verbos de Pensamento e Expressão de Pensamento

Ao contrário da última cena referida, a cena de expressão do pensamento activa a mesma entidade léxica, integrada em distintos esquemas sintáctico-semânticos. De facto, o verbo de pensamento associado a esta cena — *pensar* — actualiza as estruturas frásicas N - V - CD e N - V - CPREP, a que se associam semanticamente uma função comum de Experienciador e as funções de Objecto Efectuado e Objecto não Afectado, respectivamente («Era por nada disso que vocês estão a pensar», 19Ba, 34Bb, 58Bc).

Esta diferenciação implica uma distinção de perspectiva na actualização da cena, perceptível sobretudo em relação à conceptualização inerente ao preenchimento do segundo participante, traduzida nos sememas atribuíveis a cada um dos esquemas: “formar no espírito determinadas ideias” e “dirigir o pensamento para”.

No entanto, a sua funcionalidade discursiva é basicamente a mesma, visto que o objecto, em geral, «refer to complex chunks of information which have been previously mentioned in the discourse»⁷⁸.

À excepção da realização 19Ba, que se encontra na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, traduzindo não só um determinado estado mental, mas também a sua iteratividade, as outras realizações são construídas na terceira pessoa do plural, estabelecendo-se, por conseguinte, uma distinção entre o enunciador e o sujeito do enunciado. Desta separação decorre o relato em segunda mão de estados mentais dos indivíduos considerados como experienciadores do estado de coisas denotado no verbo.

6.3. Síntese

Nesta entrevista, é dominante a utilização dos verbos de pensamento para a expressão da opinião e, por conseguinte, para a enunciação da subjectividade do falante. A manifestação dessa subjectividade é materializada

⁷⁸ WEBER; BENTIVOGLIO — *Op. cit.*, p. 206.

Distinguem-se, assim, da cena da opinião, em que o complemento serve para relatar complexos informativos que o falante considera, com maior ou menor convicção, factuais.

numa construção frásica complexa, em que a proposição principal se encontra, em geral, na primeira pessoa do presente do indicativo, constituindo uma indicação da leitura da proposição subordinada, realizada por complemento oracional. Como estes verbos são usados pelos falantes para codificar segmentos de informação acerca do mundo (introduzindo conteúdos informativos novos), o sujeito do complemento é tipicamente a terceira pessoa e o verbo encontra-se no indicativo.

Por outro lado, estes verbos contribuem para o cumprimento do quadro contratual estabelecido pela conversação, na medida em que funcionam frequentemente como modalizadores verbais, susceptíveis de modificar o valor ilocutório dos actos de fala em que estão integrados. Essa função é sobretudo relevante ao nível do discurso do entrevistado, na medida em que o entrevistador utiliza essencialmente outro tipo de modalizadores para exprimir a atenuação dos efeitos negativos das suas intervenções para a face negativa do interlocutor.

Neste sentido, os verbos de pensamento reflectem os princípios configuradores do discurso, decorrendo o índice da sua frequência e variação do contexto situacional e, sobretudo, relacional. Dado que a situação é informal e o tema refere essencialmente o posicionamento do entrevistado face a um conjunto de domínios de referência experienciais, a expressão da sua opinião, e consequentemente da sua subjectividade, é marcada essencialmente através dos verbos *achar* e *supor*, com maior incidência no primeiro, sendo os verbos *entender*, *julgar* e *pensar* pouco representativos nesse domínio. Deste grupo, o verbo *pensar*, que é o mais utilizado depois de *achar*, recobre uma zona de indicações mais alargada, na medida em que, embora seja praticamente substituído por *achar* na expressão da opinião, é utilizado no pedido de opinião e sobretudo na expressão de pensamentos. Esta distinção entre *achar* e *pensar* decorre, em grande parte, do uso mais coloquial do primeiro, mas situa-se igualmente a um nível semântico: enquanto o primeiro verbo é marcadamente um verbo de opinião, o segundo apresenta um maior número de possibilidades semânticas, em que se salienta a de expressão do pensamento.

Este facto permite reiterar a vocação deste verbo como arquilexema do campo semântico dos verbos de pensamento e concluir da funcionalidade da consideração do campo semântico no âmbito do discurso, espaço onde se correlacionam indicações de natureza sintáctica, semântica e pragmática.

7. Conclusão

Da articulação da reflexão teórica com a análise dos verbos de pensamento nas suas diferentes vertentes, resultou a confirmação das hipóteses inicialmente levantadas, concluindo-se ainda que a língua é um sistema de virtualidades em que estão inscritos os mecanismos do seu próprio funcionamento. Neste sentido, foi possível partir do estabelecimento de um quadro de regularidades definidoras da sua especificidade linguística para a sua análise discursiva. A esse procedimento esteve subjacente a ideia de que as vertentes sintáctica, semântica e pragmática se interligam para a explicitação da globalidade dos fenómenos discursivos.

Desta correlação decorre o postulado da conversação como «un dispositif de mise en langue et d'usage de la langue»⁷⁹, constituindo os verbos de pensamento um elemento relevante para essa dupla perspetivação da língua.

Na avaliação do trabalho realizado para a consecução dessa perspetivação, salienta-se uma noção de incompletude, que se manifesta tanto ao nível do *corpus* como da metodologia utilizada.

Assim, ainda que constitua uma amostra representativa das características e funcionalidade discursiva dos verbos de pensamento, extensível, em termos globais, ao conjunto das entrevistas compiladas em *O Homem em Ponto*, o *corpus* seleccionado constituiu uma fonte limitativa, na medida em que, por um lado, não contempla todas as unidades do campo semântico estabelecido e, por outro, imbrica num modelo discursivo que não esgota todas as possibilidades de ocorrência deste tipo de verbos no discurso.

O mesmo carácter de incompletude ressalta da orientação metodológica seguida. A metodologia escolhida para o tratamento dos verbos de pensamento decorreu da transposição das indicações metodológicas sugeridas por Frank Smith para o estudo do conceito que lhe está subjacente. Assim, a partir da consideração de que «o pensamento é complexo e multifacetado», este autor refere que «uma fatia de pensamento, seja ela qual for, pouco nos diz acerca do pensamento como um todo», pelo que «têm que ser apreendidas a variedade e a riqueza de tudo aquilo que o pensamento produz»⁸⁰.

⁷⁹ BLANCHET — *Op. cit.*, p. 34.

⁸⁰ SMITH, Frank — *Op. cit.*, pp. 172-174.

MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES DA SILVA

Nessa caracterização global, que apresenta como consequência inevitável uma redução do nível de profundidade na análise dos aspectos sémicos, sintácticos, semânticos e discursivos que caracterizam os verbos seleccionados, abrem-se novas propostas de tratamento, que permitem não só o alargamento das questões analisadas, mas também o seu aprofundamento. Um e outro não couberam no âmbito deste trabalho, que se circunscreveu à tentativa de fornecer um pequeno contributo para a caracterização sintáctica, semântica e discursiva de um grupo de verbos de pensamento.

Maria de Fátima Henriques da Silva